

MICROSCÓPIO

11-47

Pela primeira vez, desde a vigência da atual constituição do Estado, compareceu, o outro dia, um secretário de Estado a dar explicações à Assembléia. Poder-se-ia supor extemporanea a convocação, já que mal se iniciara o inquerito, que deveria esclarecer as selvagens ocorrências da rua da Praia. Mas não o foi, em verdade, por importar mais conhecer, no momento, a posição do Governo ante as inomináveis arbitrariedades dos seus agentes, do que, propriamente, saber como se desenrolaram os fatos. O que a opinião pública reclamava e, por meio dos seus representantes, tinha o direito de exigir, era uma clara definição do Governo.

Veio, pois, a definição que se impunha. No decorrer de prolongados debates, sempre mantidos dentro da mais estrita ética parlamentar, declarou o Governo não poder concordar com violências perpetradas pela policia. Sómente os fatos poderão comprovar a sinceridade da afirmação, mas imprescindível era, agora, que uma declaração se fizesse.

Cumpre notar, também, em abono da Assembléia Legislativa, que, nesta primeira aplicação, a disposição constitucional do comparecimento dos secretários teve plena e sincera observância. Longe de apegar-se a um precedente de 1936, frusto e irregular, pois o secretário convocado evitara o imprescindível debate, fugindo precipitadamente do plenário logo depois de terminada a sua exposição, adotou a Assembléia Legislativa a prática do Congresso Nacional, segundo a qual o ministro comparece para debater e esclarecer, e não simplesmente para informar verbalmente o que pudera fazer por escrito.

Apenas uma observação eu me permitiria formular. Contrariamente ao processo adotado, as perguntas dos deputados não deveriam depender de censura previa da Mesa: se nenhuma relação tivessem com o objeto da convocação, então, sim, além de recusar-se o secretário a responder, caberia à Mesa intervir. Assimila-se a um membro do parlamento o ministro que a ele comparece e não podem os membros do parlamento ver reduzidas as suas prerrogativas, nem alterados os esilos parlamentares, pelo fato de se achar presente um ministro de Estado.

Em suma, foi uma bela lição de democracia ativa a que nos deu a Assembléia Legislativa, lição que só terá desagradado aos que, no fundo do seu coração, abominam a democracia.

RAUL PILLA